
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ISABELA CRISTINA PALMERO

**RELAÇÕES ENTRE AS DESIGUALDADES
SOCIAIS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO
MÉDIO**



Rio Claro
2021

ISABELA CRISTINA PALMERO

RELAÇÕES ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof^a Dr^a Joyce Mary Adam

Coorientador: Prof^a Dr^a Adriana Duarte de Souza Carvalho

Rio Claro - SP
2021

P177r Palmero, Isabela Cristina

Relações entre as desigualdades sociais e a evasão escolar no ensino médio / Isabela Cristina Palmero. -- Rio Claro, 2021 42 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientadora: Joyce Mary Adam

Coorientadora: Adriana Duarte de Souza Carvalho da Silva

1. Evasão escolar. 2. Fatores socioeconômicos na educação. 3. Taxas de desocupação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISABELA CRISTINA PALMERO

RELAÇÕES ENTRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Joyce Mary Adam

Profa. Dra. Adriana Duarte de Souza Carvalho

Prof. Dr. César Donizeti Pereira Leite

Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

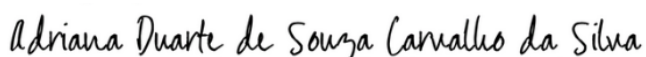
Aprovado em: 11 de Janeiro de 2022



Assinatura do discente



Assinatura da orientadora



Assinatura da coorientadora

Dedico este trabalho à minha família, de sangue e de coração, mas especialmente à minha mãe, Márcia, que me ensinou a ser forte e me incentivou a lutar pelo que acredito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele eu não teria chegado nem na metade do caminho. Agradeço também à minha família, que me guiou até aqui, me ensinando e me orientando nessa jornada de me aprimorar como ser humano.

À minha mãe, Márcia V. B. Palmero, que sempre esteve ao meu lado, desde a infância, me instruindo e me apoiando. Sei que ela quis me proporcionar as oportunidades que ela não teve, e por isso minha gratidão só se multiplica. Sendo a primeira mulher da minha família a se graduar em uma universidade, tenho ciência que levo adiante não só o meu sonho, mas o dela também.

Ao meu pai, Claudio Palmero, e ao meu irmão, Victor A. Palmero, por estarem presentes para me apoiar nos momentos de menos clareza. Obrigada por sempre estarem ao meu lado.

À Matheus G. Lucena, que esteve comigo em cada passo dessa jornada, desde o vestibular até a entrega deste trabalho, me auxiliando e me apoiando nos momentos bons e ruins. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Às minhas orientadoras, Prof.^a Dr.^a Joyce Mary Adam e Prof.^a Dr.^a Adriana Duarte de Souza Carvalho, pela confiança, orientação e apoio. Agradeço a paciência, as correções e ensinamentos passados neste processo. Sem isso, não seria possível concluir minha graduação.

À equipe de cheerleading da UNESP Rio Claro, Deliders, por me darem um escape e uma razão a mais para acreditar em mim. Vocês me marcaram de uma forma inexplicável, e nunca conseguirei expressar o quão grata sou por isso.

Às minhas amigas, de curso, de profissão e de vida, que estiveram ao meu lado nessa jornada docente e discente. Vocês me dão força. Obrigada por acreditarem em mim e por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço a oportunidade de estudar nesta grande universidade, a qual presto meu maior respeito e admiração, tanto pelo corpo docente quanto pela administração e direção, que tornaram possível a concretização desse objetivo.

Finalizo com o agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha jornada até aqui, cada um de vocês foi importante à sua maneira.

“Aquilo que foi criado para se tornar instrumento de democracia direta não deve ser convertida em mecanismo de opressão simbólica.”

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

O presente trabalho acadêmico buscará refletir acerca das questões socioeconômicas da população brasileira, discutindo nível socioeconômico conjuntamente com as taxas de desocupação da população (desemprego) e de busca de emprego por jovens em idade escolar, avaliando como estas impactam nos indicadores de evasão escolar entre alunos da educação básica no Brasil. O recorte utilizado serão os alunos do Ensino Médio. A metodologia do trabalho resume-se a identificar dados coletados em artigos e estudos, e analisá-los à luz das teorias sociais de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que procura explorar os dados sobre desemprego, evasão escolar e desigualdade social em âmbito nacional, frente aos indicadores de evasão escolar. Por meio dessa análise, espera-se comprovar a tese de Bourdieu de que a desigualdade social reflete em desigualdade educacional, focando o estudo nos alunos do Ensino Médio na nação brasileira.

Palavras-chave: Evasão escolar, Desocupação, Desigualdade de renda, Ensino médio.

ABSTRACT

The present academic work seeks to think about socioeconomic questions of the Brazilian population, discussing socioeconomic level together with population unemployment rates and the job search among young people that are in school age, evaluating how those impact on the dropout indicators among basic education students in Brazil. The profile used will be High School students. The work methodology is based on identifying the collected data in articles and studies, and analyzing them in the light of Pierre's Bourdieu social theory. The work is a qualitative research that seeks to explore the data on unemployment, school dropout and social inequality at the national level, compared to school dropout indicators. Through this analysis, we hope to prove Bourdieu's thesis that social inequality reflects educational inequality, focusing the study on high school students in the Brazilian nation.

Keywords: School dropout, Unemployment, Rent inequality, High School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos selecionados para revisão integrativa da literatura.....28

Quadro 2 - Quadro comparativo com as principais causas e consequências da evasão escolar nos artigos selecionados.....32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Empregabilidade e mercado de trabalho	14
2.1.1 Definição e dinâmica do trabalho	15
2.1.2 Globalização e deterioração do mercado de trabalho	16
2.1.3 Trabalho Infantil e Adolescente	18
2.2 Evasão escolar	20
2.2.1 O ECA	20
2.2.2 Causas da evasão escolar	21
2.3 Pierre Bourdieu e a educação no contexto da desigualdade	23
2.3.1 Biografia e principais obras	23
2.3.2 Principais críticas.....	24
2.3.3 O papel da escola na reprodução e legitimação das desigualdades sociais	25
3 MATERIAL E MÉTODOS	28
3.1 Classificação	28
3.2 Levantamento de dados.....	28
3.2.1 Procedimentos	28
3.2.2 Critérios de inclusão e exclusão.....	29
4 DADOS E DISCUSSÕES	30
4.1 Dados	30
4.2 Discussões.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	40

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar pode ter diversas causas associadas, como a falta de incentivo da família, dificuldades de se locomover até a escola, como a distância ou meios de transporte precários (e até a falta destes) ou condições socioeconômicas, que fazem com que os estudantes busquem por um emprego, na tentativa de complementar a renda familiar, e o sustento de seu lar.

No Brasil constata-se uma grande disparidade social, proveniente de diferenças salariais bruscas e falta de acesso a renda e trabalho, como pode ser observado a partir da análise do Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, classificando-o de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de zero, maior é a igualdade de renda entre a população. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), o índice brasileiro atingiu a marca recorde do país de 0,627 no primeiro trimestre de 2019.

No âmbito das discussões em política educacional, muito tem-se discutido acerca dos problemas dos diferentes tipos de desigualdade no acesso à educação, seja essa desigualdade proveniente do gênero, etnia, condição física, intelectual ou da condição social do indivíduo. Este fato torna-se preocupante quando se leva em consideração que a educação é o principal fator que pode trazer a democratização da sociedade brasileira e auxiliar em seu desenvolvimento cultural e econômico. Uma sociedade mais democrática, participativa e inclusiva passa necessariamente pelo acesso universal à educação.

Bourdieu (2010) já discutia a escola como espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra, sendo neste espaço que o legado econômico da família se transforma em capital cultural. Para este autor, a desigualdade social tem reflexo na desigualdade educacional, visto que o acesso à educação é comumente mais facilitado aos mais abastados, o que produz um sistema que perpetua as desigualdades sociais.

Ainda conforme Bourdieu (2011), as instituições sociais, dentre as quais está a escola, reproduzem a mesma lógica vigente na sociedade e essa lógica é aquilo que Bourdieu chama de distinção. Essa distinção inclui o acesso a diferentes tipos

de capital, dentre eles econômico, político, social e cultural. O capital cultural, aquele que está no currículo escolar, aquele que é ensinado pelos professores, aquele que é legitimado pela instituição escola, é aquele da classe dominante. Portanto, os despossuídos desse capital cultural são excluídos pelo sistema, levando a reflexão sobre a dimensão dos impactos desta exclusão sobre os indicadores de evasão escolar.

Diante da perspectiva de Bourdieu (2010), o estudo levanta como problemática a questão da exclusão do sistema como resultante de fatores como: A probabilidade de evasão escolar pode ser maior, considerando a origem social do educando? A origem social determina os indicadores de evasão? Os educandos de classes sociais mais baixas, abandonam os estudos devido a, possivelmente, contribuir com a renda familiar? Tal circunstância pode ser confirmada como um fato de evasão?

O estudo contribui com a comunidade científica, quando discute no âmbito das políticas educacionais, sob a luz de clássicos como Bourdieu (2010), o papel da escola na reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A análise de indicadores e sua relação com a problemática da evasão escolar pode orientar o estabelecimento de políticas públicas em todo o território nacional.

O objetivo geral deste estudo é analisar indicadores socioeconômicos do Brasil e suas implicações no processo de evasão escolar, sob a luz da teoria de Bourdieu (2010). Como objetivos específicos, o estudo discute questões acerca da empregabilidade e mercado de trabalho no Brasil, a problemática da evasão escolar e a perspectiva de Pierre Bourdieu e educação no contexto da desigualdade

O estudo foi dividido em quatro capítulos, a serem contados a partir desta introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico a respeito do tema. Para tanto, este capítulo foi subdividido em três subcapítulos, que abordam conceitos e discussões sobre a empregabilidade e mercado de trabalho no Brasil; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as causas da evasão escolar e; Pierre Bourdieu e a educação no contexto da desigualdade e o papel da escola na reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

Os materiais e métodos são apresentados no quarto capítulo. Apresentam-se neste capítulo os dados coletados, além dos resultados e discussões destes e sua importância para o estudo. O estudo encerra-se no quinto capítulo, com a apresentação das considerações finais, seguido pelo apontamento das fontes bibliográficas consultadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empregabilidade e mercado de trabalho

O trabalho não foi inventado ontem, pois mesmo em um passado remoto havia certa divisão do trabalho que deveria ser executado para a sobrevivência dos membros de um grupo. Vils (2006) afirma que no tempo dos caçadores e coletores, as mulheres cuidavam das crianças enquanto os homens saíam para a caça e a coleta. Segundo este autor, os homens também se juntavam para defender seu grupo ou para atacar outros grupos, antes de existirem denominações como donas de casa, empregadas domésticas, agricultores ou exércitos.

Antes da proletarização e da revolução industrial, havia a relação do trabalho escravo nos países colonizados, o que inclui o Brasil. A relação de trabalho escravo foi sendo aos poucos substituída pelo trabalho livre, branco e imigrante. Lara (1998) cita que ao final do século XIX iniciou-se a “transição” entre o trabalho escravo e o trabalho livre que, apesar de não ser mais considerado escravo, se dava, em sua maioria, em péssimas condições e muito mal remunerado. Ressalta-se que esses antepassados trabalhistas, escravos ou livres, interferem até hoje em suas descendências, assunto que será mais bem avaliado durante este trabalho.

Sobre o desenvolvimento tecnológico e industrial nas últimas duas décadas, considera-se que este permitiu que a sociedade contemporânea conquistasse inúmeros avanços científicos e, assim, ganhos em qualidade de vida. Apesar dos ganhos, este progresso tecnológico é considerado por muitos estudiosos o responsável pelo surgimento de diversos aspectos negativos para a sociedade, como por exemplo, o aumento do desemprego.

A substituição da mão-de-obra pelas máquinas e pelo elevado desenvolvimento da informatização tem aumentado o desemprego e a exclusão social, pois uma minoria da humanidade detém poderes, propriedades e privilégios enquanto uma maioria vive em situações que ferem a dignidade humana, vivendo na miséria, sem teto e sem alimento. Assim, o desemprego gera atividades anexas aos

empregados na busca de tentar saciar suas necessidades como a informalidade e o aumento de atividades ilícitas.

2.1.1 Definição e dinâmica do trabalho

Muito se diz que “o trabalho dignifica o homem”. De Ré (2014) aponta que além de obter através dele o seu sustento e o provimento das necessidades de sua família, o trabalho é um dos valores mais preciosos do ser humano, que faz parte da identificação do indivíduo e insere-o na sociedade. Segundo este autor, trabalhar é sinal de caráter, de ocupação, de construção social e de colaboração entre os indivíduos, pois promove uma ação transformadora do homem sobre a natureza, sobre a coletividade e sobre si mesmo. O autor entende que embora sempre haja os que entendem o trabalho como necessidade, mazela ou infortúnio, a maioria da população aprecia o seu trabalho, ou está em busca de uma nova ocupação que se enquadre melhor aos seus desejos ou às suas necessidades. Percebe-se aqui uma visão um tanto distorcida sobre as reais condições de trabalho a que são submetidos os seres humanos. Muitas vezes estas afirmações citadas acima são utilizadas no intuito de silenciar as possíveis reclamações ou exigências acerca de direitos trabalhistas, limitando a visão que apenas encontra-se dignidade trabalhando, por mais falho e injusto que seja o sistema trabalhista que se está inserido.

Rohn e Lopes (2015) entendem que o trabalho é uma condição fundamental na existência humana e que, por meio dele, o ser humano se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência. Segundo estes autores, por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida.

Urnau (2017) afirma que o trabalho sempre fez parte da vida humana, seja ela para proveito particular ou de outrem e nele o homem tirou seu sustento e possibilitou a sua evolução. Segundo o autor, o trabalho possui diferentes concepções que se deram com a evolução histórica do trabalho e, quando iniciado,

foi considerado na Bíblia como castigo, e Adão teve de trabalhar para comer em razão de ter comido o fruto proibido.

Ainda conforme Urnau (2017) a palavra trabalho vem do latim *tripliare*, que significa martirizar com *tripadium*, ou seja, martirizar com um chicote conhecido por possuir três pontas. Assim, temos que, a palavra trabalho, foi conceituada em um primeiro momento, como um castigo. Segundo este autor, o instrumento *tripadium* deu origem à palavra trabalho, que diferentemente do conceito atual, o trabalho era tido como um castigo, ou seja, o trabalho não era visto com bons olhos.

Carvalho (2018) explica que o trabalho escravo foi a primeira forma de trabalho conhecida, na qual o escravo não possuía direitos, apenas a obrigação de trabalhar, sem nenhum meio de retribuição. Quanto ao trabalho subordinado, o autor aponta que este não pode ser confundido com o trabalho escravo, uma vez que no trabalho escravo não ocorre uma subordinação, hoje elemento essencial para a caracterização de vínculos de trabalho, e sim uma sujeição pessoal entre o escravo e seus senhores. Segundo este autor, desde que o homem é homem o trabalho o acompanha e se tornou o principal diferencial para a sobrevivência e evolução da espécie.

2.1.2 Globalização e deterioração do mercado de trabalho

Macedo (2015) afirma que em meio à globalização acelerada ao avanço do capitalismo e do consumismo, as empresas procuram aumentar cada vez mais o seu nível de produção, objetivando maiores lucros e esquecendo-se da função social que possuem. O autor relembra que o empregado passou a ser considerado como objeto descartável e não como pessoa com direitos, que devem ser tratados dignamente pelos empregadores e seus prepostos, mesmo com o avanço da legislação e normas que tendem a proteger o obreiro com base nos princípios consubstanciados pelo direito do trabalho.

Para Woleck (2002), na sociedade centrada no mercado dos nossos dias, como supracitado, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Para este autor, com o estabelecimento da divisão do trabalho, o

homem vive numa base de troca, o que lhe garante por meio do exercício do emprego os bens e serviços de que necessita. Para este autor, esta base de troca é estabelecida quando o empregado recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver.

Muitos empregados não conseguem mais viver com dignidade com os salários que recebem. Para Dowbor (1997), no cenário dinâmico da globalização surgiram novas configurações nas relações entre capital-trabalho com mudanças no mundo do trabalho dentro das organizações, como por exemplo, o desemprego que resultou de processos de investimentos em alta tecnologia. Para este autor, o emprego de novas tecnologias exige um volume significativo de trabalhos específicos, com alto grau de desempenho dos funcionários, modificando as relações e o mundo do trabalho.

A sociedade contemporânea está se transformando radicalmente no mundo do trabalho. A automação e máquinas pensantes substituem os trabalhos humanos, modificando as habilidades que as empresas estão procurando nas pessoas. Frade (2013) aponta que a globalização causou uma grande revolução na natureza do trabalho. Com o avanço da tecnologia houve a substituição do trabalho humano pelo uso de máquinas sofisticadas, mais eficientes, sujeitas a menos erros e mais produtivas. De acordo com este autor, neste cenário dinâmico da globalização surgem novas configurações nas relações entre capital-trabalho com mudanças no mundo do trabalho dentro das organizações.

De acordo com Bedani (2008) as transformações e avanços tecnológicos produziram mudanças marcantes no ambiente de trabalho e no interior das organizações. Os indivíduos (e organizações) que dominam as informações e comunicações são responsáveis por verdadeiras revoluções, forçando os trabalhadores, e até mesmo os dirigentes das organizações a se adequarem a este novo cenário. O autor afirma ainda que não bastassem todas as transformações ocasionadas pela globalização nos diversos setores sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade contemporânea, outro agravante no contexto socioeconômico

das organizações sofreu impacto: o desafio de gerir as pessoas dentro do contexto global.

No último quarto de século a economia mundial passou por profundas mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais. Para Busnello (2000) a emergência da Terceira Revolução Industrial e as políticas econômicas de corte neoliberal ampliaram o processo de reestruturação produtiva voltada para a obtenção da maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, tendo por meta a máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos ampliados da instabilidade dos mercados.

Ainda conforme Busnello (2000) as máquinas se converteram em máquinas de uso flexível de tecnologia crescentemente produtiva e aplicável a uma variedade considerável de usos. Segundo este autor, os novos meios de trabalho, informática, ferramentas de controle numérico, robôs, apresentam a particularidade de serem programáveis, e são capazes de incluir instruções para séries alternativas e diferentes de operações.

As transformações e avanços tecnológicos produziram mudanças marcantes no ambiente de trabalho e no interior das organizações. Os indivíduos ou organizações que dominam as informações e comunicações são responsáveis por verdadeiras revoluções forçando os trabalhadores, e até mesmo os dirigentes das organizações a se adequarem a este novo cenário.

2.1.3 Trabalho Infantil e Adolescente

Dando início ao tema, vale lembrar que o Brasil tem uma longa história de exploração da mão-de-obra infantil. Como assinala Rizzini (2007), para os donos das crianças escravas na Colônia e no Império, para os capitalistas no início da industrialização, para os grandes proprietários de terra, nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola, nas casas de família e nas ruas, as crianças pobres sempre trabalharam no país.

Documentos da época fazem referências à ocupação das crianças escravas desde cedo; dos quatro aos onze anos, todo o seu tempo ia sendo paulatinamente

ocupado pelo trabalho, afirmam Góes e Florentino (2007); já Grunspun (2000) informa que crianças pobres e órfãs também eram recrutadas para o trabalho nas fazendas e nas casas dos "senhores", onde eram exploradas e até abusadas. E como a experiência da escravidão mostrou que essa era uma mão-de-obra dócil, mais barata e adaptável ao trabalho, após a abolição e o advento da República, multiplicaram-se as iniciativas públicas e privadas para formar, disciplinar e incorporar seus pequenos braços à agricultura e à indústria, atividades nas quais chegavam a trabalhar 12 horas por dia, sob rígida disciplina e em ambientes insalubres, onde adquiriam doenças como a tuberculose.

Além disso, segundo Alves e Valladares (1981), a questão da infância pobre passou a ser alvo de preocupações e discussões desde o final do século XIX no Brasil, com o advento da República, o crescimento de algumas metrópoles, a criação de uma força de trabalho urbana e, posteriormente, o início de um processo de industrialização. Mas, como a visão desse problema partia de um conjunto de preconceitos e representações negativas sobre as classes populares, essas crianças eram vistas como vítimas do abandono ou do comportamento de famílias desorganizadas e incapazes de socializá-las dentro dos valores da "moral e dos bons costumes", assim como da exploração de adultos inescrupulosos. Esses as jogavam nas ruas, em contato com um mundo cheio de mazelas e vícios, propícios à formação de indivíduos vadios, indisciplinados e incapazes para o trabalho, cuja reprodução social se daria pela mendicância e pelo crime.

De acordo com Grunspun (2000), a partir de 1927, quando o Código de Menores foi publicado, algumas leis e disposições constitucionais tentaram regular a utilização dessa mão-de-obra, proibindo-a abaixo de certos limites de idade, em horários noturnos, locais perigosos e insalubres, ou em atividades nocivas ao desenvolvimento físico e moral dos seus executores.

Essas leis, no entanto, geralmente eram questionadas e burladas, além de ela praticamente não se estender ao meio rural, onde até hoje boa parte da mão-de-obra infanto-juvenil permanece ocupada em diversos setores, principalmente como parte integrante da força de trabalho familiar. Dourado (2007)

afirma que, mesmo incorporando crianças de pouca idade e em condições penosas, esse trabalho não despertou um maior interesse por parte dos médicos, juristas e higienistas (como ocorreu nas áreas urbanas), continuando a ser visto como natural ou até saudável, principalmente porque, na maioria dos casos, ele se desenvolve entre os membros da unidade familiar.

Essas concepções só começaram a ser contestadas e transformadas quando se constituiu um amplo movimento em favor das crianças e adolescentes brasileiros (notadamente daqueles marginalizados), no período da redemocratização. Como se sabe, partindo de uma crítica ao velho e falido modelo assistencialista e correccional repressivo, que embasava, tradicionalmente, as políticas e medidas orientadas para o segmento em discussão, esse movimento definiu as crianças e adolescentes como sujeitos de amplos direitos, que deveriam ser respeitados pela sua condição especial de pessoas em desenvolvimento; procurou assegurar esses direitos e uma proteção integral que os protegesse de todas as formas de negligência, violência, exploração e opressão, através do artigo 227 da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, e passou a realizar um amplo movimento de sensibilização da opinião pública e de pressão política para que essas novas orientações fossem realmente efetivadas, Como dito por Fausto e Cervini (1991), e reafirmado por Carvalho (1995).

2.2 Evasão escolar

2.2.1 O ECA

A educação, segundo estabelece a Constituição (arts. 205 e 227), é um direito público subjetivo que deve ser assegurado a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade.

Quando trata especificamente do direito à educação destinado às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º) o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público.

Destas normas, constata-se que a educação não é um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou instituição. Na verdade, é um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, mas que é compartilhada por todos, ou seja, pela família, comunidade e sociedade em geral, resultando evidente que a “educação deixou de ser um tema exclusivo dos trabalhadores da área para ser uma questão de interesse de toda a sociedade” (ROCHA, 1999).

Os Conselhos Tutelares nascem com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069/90, 1990), no intuito de desjudicializar o cotidiano de crianças e adolescentes, haja vista o histórico da legislação e da assistência à infância no país que é marcado pela criminalização da infância pobre nos tribunais. Sua atribuição principal é fiscalizar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, dentre os quais encontra-se a educação.

Além dos marcos constitucionais, estabeleceram-se leis que fixam as diretrizes e bases da educação nacional, estando entre as mais representativas a Lei Nº 5692/1971, que discorreu sobre a estrutura do sistema de ensino de 1º e 2º graus, e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/1996 que reforça junto a Constituição de 1988 a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros.

Ainda de forma complementar à ordem jurídico-constitucional deste direito, existem outros documentos que fortalecem e respaldam o que a Lei Maior estabelece. Especificamente para as crianças e adolescentes, que são o público-alvo deste estudo, existe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que conforme descrito por Cury (2007) assegura que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos nas redes de ensino. Tal obrigação está inscrita desde a Constituição até no Código Penal passando pela LDB e pelo ECA.”

2.2.2 Causas da evasão escolar

A prerrogativa legal que estabelece a educação como um direito, requer um

estudo do que causa a violação de tal condição que, segundo González (2006) envolve “múltiples factores y condiciones sociales políticas, económicas y, también, escolares.”

No Brasil, é possível elencar diversos fatores que provocam o absenteísmo escolar de crianças e adolescentes da educação básica, mas antes de citar tais causas é importante refletir sobre o conceito de evasão escolar que é

[...]a condição do aluno que, matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado. (BRASIL, 2012, p. 30).

Segundo Fernandes (2013) diferentemente do abandono escolar, que se caracteriza pelo aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo, a evasão escolar é um fenômeno que acentua ou até mesmo consolida a condição de exclusão do sistema de ensino. Uma vez que é possível constatar que o abandono escolar traz indícios do que pode se tornar uma futura evasão. Ainda de acordo com o autor:

Este fenômeno educacional está atrelado às condições econômicas, políticas, técnicas e socioculturais, principalmente no que diz respeito à falta de valorização da educação e baixas condições de vida de milhares de pessoas que não possuem condições favoráveis de continuação e término dos estudos (FERNANDES, 2013).

De forma geral, a dificuldade de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola tem várias causas, que frequentemente se manifestam de forma combinada. Muitas vezes, os conteúdos desenvolvidos em sala de aula são muito distantes da realidade dos alunos, seja na zona rural, seja nas áreas urbanas. A UNICEF (2012) também destaca a: falta de valorização dos professores, por meio de remuneração adequada, plano de carreira e capacitação constante; pobreza; trabalho infantil; gravidez na adolescência; e exposição à violência.

O Brasil tem uma população de 56,8 milhões de pessoas com idade até 17 anos (segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2009). Na faixa de 6 a 14 anos somam 30,2 milhões e, destes, 730,7

2.3 Pierre Bourdieu e a educação no contexto da desigualdade

2.3.1 Biografia e principais obras

A obra do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) foi elaborada em torno de uma intuição e construída a partir de ideais-força, pensamentos reformados e desenvolvidos em suas publicações, diante de sua obra Pierre Bourdieu, deixa bem claro que tinha o desejo da transformação dentro da sociologia, sendo assim uma ciência que foi totalmente capaz de devolver para a sociedade uma unidade fundamental da prática humana, fica bem claro sua função crítica, que implica o desvelamento dos mecanismos educacionais, culturais, sociais e simbólicos de dominação.

Segundo Brito (2002), o fundamento do Bourdieu teve um crescimento seguindo a intuição, nada mais é que um pensamento, que foi desenvolvido, reformulado e aplicado em diversas temáticas. Caracterizada por uma abertura sem precedentes da pesquisa sociológica, sua produção teórica abriu horizonte para inúmeras outras abordagens científicas (no campo psicológico, antropológico, etnológico, científico, literário, econômico, cultural)

Ao consultar a bibliografia de Pierre Bourdieu, compilada por Yvette Delsaut 2002, integrante da equipe do laboratório do sociólogo no Centre de Sociologie Européenne, e Marie-Christine Rivière, assistente dele no Collège de France e atualmente parte da equipe responsável pela revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, objetivou-se destacar os textos educacionais de Bourdieu, em ordem de publicação.

Sendo assim, viu-se que a Educação foi um dos temas privilegiados de investigação da Sociologia desenvolvida por este autor, percebendo-se inclusive, com o avanço das leituras dos textos escolhidos, como Criado (2004), que não só algumas de suas principais obras são dedicadas à análise do sistema educativo, mas também, nessas obras, são desenvolvidos grande parte de seus conceitos

centrais, encontrando em suas teorizações sobre o sistema escolar, suas primeiras formulações sistemáticas.

Bourdieu (2000b) admite que a Sociologia da Educação desempenhou um papel importante em seu trabalho, na medida em que o sistema escolar, segundo ele, poderia proporcionar uma ocasião privilegiada de estudar os fenômenos de transmissão cultural, destacando o problema da transmissão das estruturas mentais e dos sistemas de classificação.

2.3.2 Principais críticas

A inexistência, na França, de cursos de formação em sociologia, no início dos anos 1950, conduz muitos sociólogos a uma passagem compulsória pela filosofia. Iniciada na École Normale Supérieure, onde ele passa o concurso da “agrégation”, indispensável à toda carreira docente na França, sua formação se diversifica ao longo da década seguinte. Filósofo de formação, Pierre Bourdieu constrói sua démarche teórica a partir de rupturas feitas, inicialmente, com a filosofia tradicional (considerada por ele “intellectualiste”), em seguida, com o subjetivismo de Sartre e, finalmente, com o estruturalismo de Lévi-Strauss, aponta Mounier (2001)

Sobre essa ruptura intelectual, Bourdieu (1987) cita:

(...) a minha intenção de ruptura, ou melhor, de “transgressão” se orientava em direção aos poderes instituídos e, principalmente, contra a instituição universitária, e contra tudo que ela continha de violência, de impostura, de idiotice canonizada e, através dela, contra a ordem social (BOURDIEU, 1987).

O autor retoma os preceitos de Durkheim de que os fatos sociais devem ser construídos para que se tornem objeto de estudo e de que, antes de efetuar a análise dos arquivos, o experimento, ou a observação direta, é necessário preparar um quadro de referências, de modo a formular as questões adequadas e tornar as respostas inteligíveis.

Um sistema de regras que vão reger o princípio unificador e organizador da teoria, segundo Singly (2002). Na construção do objeto é preciso separar as categorias que pré-constroem o mundo social e que se fazem esquecer por sua

evidência, o que significa levar a campo conceitos sistêmicos, noções que pressupõem uma referência permanente ao sistema completo das suas inter-relações, que subentendem uma referência à teoria.

Os conceitos primários formulados e aperfeiçoados por Bourdieu são o de */habitus/* e o de */campo/*. A estes se agregam outros, secundários, mas nem por isto menos importantes, e que formam a rede de interações que orienta a sociologia relacional, a explicação, a partir de uma análise, em geral fundada em estatísticas, das relações internas do objeto social. Conforme Vandenberghe (1999), a teoria do *habitus* e a teoria do campo são entrelaçadas. Uma é o meio e a consequência da outra.

2.3.3 O papel da escola na reprodução e legitimação das desigualdades sociais

A escola no Brasil segundo Fernandes (1966) não foi fundamental para o processo de socialização da população em geral. Para as elites, a escola possuía alguma importância, porém, era no lar ou na vida prática que se aprendia o indispensável para desempenhar os papéis sociais inerentes às carreiras abertas aos jovens cultos das camadas dominantes.

Diferente dessas elites, a grande massa da população “não carecia de nenhuma espécie de educação escolarizada, para ajustar-se às condições de vida imperantes” (Fernandes, 1966), pelo contrário, para eles a escola representava uma ruptura à sua concepção tradicional de mundo. Entretanto, é possível reconhecer alguns progressos, principalmente no que diz respeito à democratização do ensino e o aumento da alfabetização, fatores que influenciaram na construção - ainda que tardia - da cidadania dos brasileiros a partir do espaço escolar.

De acordo com Cattani (2007), entre 1977 e 2007 a distribuição de renda manteve-se inalterada. Em 2004, 48% dos tributos arrecadados correspondiam aos impostos sobre o consumo, enquanto 21% à tributação sobre a renda e apenas 4% sobre a propriedade, significando que os que mais gastam em impostos, proporcionalmente, são os mais pobres.

A partir desse estrato social surge a defesa de uma educação meritocrática,

onde os estudantes têm a oportunidade de entrar na disputa do sucesso escolar, desconsiderando as desigualdades sociais dos alunos. Para uma instituição que pretende formar para a cidadania, a escola não poderia fazer as mesmas exigências aos estudantes que as forças dominantes da estrutura social em que se insere, pois:

[...] quando adotamos o ideal de competição justa e formalmente pura, os “vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, a priori, todas as chances para ter sucesso como os outros (DUBET, 2004, p. 543).

Segundo Gentili (1996) a escola não deixou de fazer parte dos planos neoliberais, que relaciona o ensino com o mercado de trabalho sem que de fato tenham uma conexão real, além dos interesses de um trabalhador minimamente qualificado, porém, com um baixo custo para o empregador. Nesse sentido, “a educação desempenha um papel fundamental como uma das esferas submetidas à lógica privatizante que orienta o ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo” (GENTILI, 1996).

Para Dubet (2004), as desigualdades de renda causam desigualdades na esfera da escola, da cultura, da política, da saúde e da beleza.

Segundo Nogueira (2007), a desigualdade de renda é constituída e mantida por quem se beneficia dela, a partir do conjunto de capitais que possuem. O volume dos capitais influencia na composição das relações na escola e no capital cultural, ou seja, o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança.

Nesse sentido, relacionam-se duas perspectivas: por um lado, existe a concepção privatista e neoliberalizante da educação, ou seja, “as escolas devem definir estratégias competitivas para atuar em tais mercados, conquistando nichos que respondam de forma específica à diversidade nas demandas de consumo por educação”, conforme Gentili (1996); por outro, o Estado de ordenamento institucional neoliberal se utiliza de seus aparelhos ideológicos, entre eles a escola, para garantir que o status quo não seja contestado.

Ou seja, mesmo que haja dificuldade do sistema escolar em se configurar

enquanto um mercado educacional, o Estado não oferece outra proposta transformadora, que oportunize condições para as escolas formarem cidadãos críticos e reflexivos, em vez disso, ele nega esses direitos, deixando que a lógica empresarial seja a única perspectiva para as instituições escolares.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este capítulo apresenta os materiais e métodos utilizados na pesquisa e os procedimentos realizados no seu desenvolvimento.

3.1 Classificação

No que diz respeito a sua finalidade, o estudo é categorizado como pesquisa básica, orientado para o aprofundamento de um conhecimento científico já estudado. Gil (2012) explica que a pesquisa básica é comumente utilizada no ambiente acadêmico, visando orientar o aprofundamento de um conhecimento científico que já foi estudado, com a finalidade de complementar determinados aspectos ou particularidades de uma pesquisa anterior.

Considerando sua abordagem, que tem por objetivo compreender fenômenos através da coleta de dados narrativos, o estudo é categorizado como uma pesquisa qualitativa e, por considerar elementos quantificáveis, é categorizada também como uma pesquisa quantitativa. O autor ainda explica que as pesquisas qualitativas fornecem informações sobre um problema ou auxílio para desenvolver ideias e hipóteses.

Quanto a sua natureza e propósito, foi classificado como pesquisa descritiva, ao descrever características e funções. Visando descrever algo, Gil (2002) explica que este tipo de pesquisa faz uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo, sem a interferência do pesquisador.

3.2 Levantamento de dados

3.2.1 Procedimentos

A pesquisa bibliográfica auxiliou o levantamento dos dados e informações sobre o tema na coleta do material bibliográfico que serviu como base na fundamentação teórica do estudo. Os bancos de dados utilizados na procura de

artigos foram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As buscas foram realizadas a partir da digitação em diferentes combinações e de modo aleatório de termos livres, sem o uso de vocabulário controlado, combinados com as associações e desfechos de interesse da pesquisa. Isto garantiu a detecção da maioria dos trabalhos publicados dentro dos critérios pré-estabelecidos. Os termos utilizados para a localização de artigos para a revisão da literatura foram “evasão escolar”, “índices socioeconômicos” e “teoria de bourdieu”, dentre outros. Foram incluídos artigos originais indexados no período entre os anos 1998 a 2020, em idioma português do Brasil, inglês e espanhol.

Quanto aos dados e artigos selecionados para a discussão mais aprofundada, estes foram também selecionados a partir dos bancos de dados acima citados.

3.2.2 Critérios de inclusão e exclusão

A inclusão dos artigos seguiu critérios como a data de publicação entre os anos 2010 à 2021. Como critérios de exclusão, eliminaram-se artigos que não atendiam aos seguintes itens: estudo com temáticas diferentes desta pesquisa; estudos em que as teorias não se encontram especificadas; discussão dos resultados apresentada de forma coerente; relevância da revisão da literatura apresentada na fundamentação teórica.

Os dados foram elaborados baseados em suas relevâncias, contextualizados com o este trabalho, a fim de que estes estejam coerentes na construção da discussão feita a partir da fundamentação teórica realizada.

4 DADOS E DISCUSSÕES

4.1 Dados

Lino (2020) listou alguns artigos que serviram como base para a elaboração deste trabalho. Abaixo o quadro com os artigos servidos como base deste trabalho e seus respectivos autores

QUADRO 1. Artigos selecionados para revisão integrativa da literatura.

TÍTULO	AUTORES	REVISTA	ANO
EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES.	Gislaine Hosana Araújo Fernandes; Shirley Mesquita	Universidade Federal da Paraíba	2014
EVASÃO ESCOLAR: O QUE A ESCOLA TEM A VERCOM ISSO?	Carine Grazielle da Luz Cabral	Universidade do Sul de Santa Catarina.	2017
EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: FATORES CAUSAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	Raimundo Barbosa Silva Filho; Ronaldo Marcos de Lima Araújo	Educação Por Escrito Mestrado acadêmico em Currículo e Gestão da Escola Básica/PPEB/UFPA.	2017
EVASÃO E ABANDONO NO ENSINO MÉDIO	Helena Pakenas; José de Jesus Filho	Revista Internacional de Debates da Administração Pública. Universidade Federal de São Paulo.	2017

Fonte: Lino (2020).

A seguir, serão apresentados o que foi debatido nos artigos supracitados sobre o tema evasão escolar entre jovens e adolescentes no ensino médio.

4.2 Discussões

ARTIGO: “EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES.

O artigo de Fernandes e Mesquita (2014) concluiu que a evasão é um

problema complexo que está relacionado a outros temas que envolvem a educação, como, a reprovação escolar, disciplinas escolares, o currículo, e as formas de avaliação. Analisando os estudos realizados, observou-se que a família é uma peça essencial para a educação, mas que os motivos do abandono e da evasão, envolvem questões muito mais profundas e relevantes, sendo os aspectos sociais e socioeconômicas uma de suas maiores causas, além das questões culturais, geográficas, incluindo a falta de políticas de governo, o que inclui o desemprego, a desestruturação familiar, a desnutrição, a escola e até o próprio aluno.

EVASÃO ESCOLAR: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Neste artigo, Cabral (2017) apontou as causas da evasão escolar, e suas problemáticas. A autora concluiu que a educação brasileira tem alguns pontos críticos. Destacou-se que muitas são as causas que levam o jovem e o adolescente a evadir do meio escolar, como as desigualdades sociais, a distribuição de renda, além das deficiências do sistema educacional, que, por muitas vezes, faz o aluno evadir da escola para poder trabalhar e ajudar sua família.

A solidificação da desigualdade social é o resultado da evasão. Ao finalizar o artigo, a autora ressalta ter sido possível conhecer e entender mais da problemática da evasão, enfatizando o fenômeno da evasão como multifacetado; a começar por diversas determinantes sociais, sendo a família como uma das mais importantes.

É necessária uma maior comunicação entre a escola, a família e a sociedade no combate à evasão, além de um maior investimento do governo, que intentam melhorar a infraestrutura física da escola, estrutura curricular e a utilização de tecnologias educacionais.

ARTIGO:” EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: FATORES, CAUSAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS”

Esse artigo de Silva Filho e Araújo (2017) indicou que a evasão e o abandono escolar são angustiantes a todos os presentes no processo educacional, sendo considerada uma fraqueza deste. As políticas educacionais são confusas, e não se

sustentam por muito tempo, o que faz com que o ensino não tenha identidade. Para os autores, é fundamental que haja uma mudança para encontrar e construir algo novo, permitindo o crescimento dos potenciais humanos e a emancipação do coletivo, considerando-se as dimensões histórica, social, afetiva, cultural e cognitiva, entre outras. Silva Filho e Araújo (2017) também citam fatores sociais, culturais, escolares, políticos e econômicos como agravantes da evasão. A utilização de métodos ultrapassados e de práticas inexperientes e cristalizadas, acabam criando um conteúdo descontextualizado, o que desmotiva e deixa o conteúdo sem sentido para o aluno. De acordo com os autores, é necessário criar formas de enfrentamento, olhando a perspectiva do sistema, da escola e individual, que sejam capazes de amenizar as causas, podendo levar à superação das dificuldades e a diminuição da evasão e do abandono escolar.

ARTIGO: “EVASÃO E ABANDONO NO ENSINO MÉDIO”

Nesse artigo, Pakenas e Jesus Filho (2017) abordaram as causas e desafios da evasão escolar, e constataram que há um distanciamento entre o que está legislado e o que acontece na realidade analisada. A lei estabelece a educação como um direito de todos e dever do estado e da família, sendo esse direito fundamental a ser assegurado com prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Contudo, segundo os autores, a realidade direciona a lógica da exclusão, as desigualdades socioeconômicas, políticas públicas que não se mantêm, e estão direcionadas a conveniência e oportunidade, famílias desestruturadas e escolas ociosas, frente aos fracassos escolares.

Para reduzir o abandono escolar, os autores indicam a prevenção, com o objetivo de apresentar às crianças e adolescentes a necessidade da formação escolar para a sua vida, incentivando-as e motivando-as a participarem das atividades escolares. Além do acompanhamento constante dos alunos, é importante realizar visitas, reuniões com os professores e com os pais dos alunos com altos índices de infrequência, bem como divulgar trabalhos de incentivo aos alunos, para combater a evasão, tendo o conselho tutelar como um grande apoio.

4.3 Resumo dos dados apresentados

Este trabalho observou Lino (2020), que analisou artigos dos anos de 2014 e 2017, pesquisados em diferentes estados, com o intuito de averiguar os diversos fatores que contribuem para o abandono escolar no Ensino Médio. Ressalta-se que, embora sejam locais distintos, as principais causas e consequências são quase idênticas, com destaque para as dimensões socioeconômicas, políticas e escolares, mencionadas em todos os artigos.

Muitos são os aspectos que acarretam a evasão escolar. Questões econômicas, vulnerabilidade social, entre outros, são fatores preponderantes neste processo. Aspectos sociais e financeiros também pesam na decisão do aluno em se evadir do espaço escolar.

Em muitos casos o aluno precisa trabalhar para ajudar em casa. Em outros, a desestruturação, desestruturação familiar, violência, desemprego, envolvimento com drogas e álcool, ou mesmo problemas de saúde físico ou mental, podem ser o motivo pelo qual o aluno opta pela exclusão escolar e social.

Referente aos governos, a falta de políticas públicas apropriadas é outro fator determinante na evasão escolar.

Apesar de ser garantido por lei, e ter políticas que abordem o direito à educação e ampara o aluno, isso não é o que se reflete na realidade. Lino (2020), por exemplo, sugere a criação de políticas que motivem o aluno, os profissionais da educação e a família; além de outras medidas como “intervenções urgentes junto a sociedade, em prol de uma educação de qualidade que beneficie a todos, e assim diminua os índices de evasão e abandono escolar” (LINO, 2020, p. 22).

A precariedade estrutural da escola e de suas didáticas desmotivam o aluno, principalmente o do Ensino Médio, contribuindo no abandono escolar.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais causas da evasão que foram apontadas pelos autores nos artigos selecionados.

QUADRO 2. Quadro comparativo com as principais causas e consequências da evasão escolar nos artigos selecionados.

Estado	Principais Causas e Consequências da Evasão Escolar
Paraíba	Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes as questões didáticas e pedagógicas, além da baixa qualidade do ensino das escolas. [...] aspectos sociais como determinantes para evasão escolar, entre os quais podemos citar a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional. É importante mencionar que a evasão escolar é consequência de fatores socioculturais, econômicos ligados à política do município em estudo, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.
Santa Catarina	Uma dificuldade abordada com maior ênfase, é o desconhecimento ou “miopia” dos gestores de políticas públicas, pouco interesse dos pais, o baixo investimento na qualidade da educação, condição socioeconômica desfavorecida. [...] baixa motivação, dificuldades de aprendizagem sendo um fator preocupante para a escola e seus representantes. O estudo também abordou que a maior causa é trabalhar e ajudar a família. E com relação a consequência [...] é a consolidação da desigualdade social, que por sua vez, coloca as pessoas numa situação completamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição.
Rio Grande do Sul	A diferença de classes é um dos fatores mais abrangentes com relação a evasão, além das condições socioeconômicas incluindo também a violência principalmente nas grandes metrópoles, onde o tráfico de drogas é bastante presente. Há outras razões como: o trabalho, o desinteresse do, problemas na escola inclusive de caráter social, brigas em sala de aula, bagunça, desrespeito e violência até mesmo com os com os professores.
São Paulo	Condições de renda precárias, famílias em situação de vulnerabilidade, razões socioeconômicas, trabalho precoce além dos problemas internos do sistema educacional, exemplo: currículo propedêutico que desestimula o aluno, reprovação, precariedade do corpo docente. Os autores salientam que uma boa educação, que seja preparatória e estimulante os alunos é primordial e o motiva a vencer as desigualdades e a exclusão social, que é uma das consequências da evasão.

Fonte: Lino (2020).

Assim, é fundamental que professores, gestores, e escolas que mantêm metodologias ultrapassadas, onde a linguagem do professor dificulta o processo de ensino e aprendizagem dos jovens, revejam suas metodologias, introduzindo o aluno como o centro do aprendizado, como o agente principal da educação escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se neste trabalho que, mesmo em locais diferentes, a evasão escolar tem semelhança nos motivos que levam o aluno a essa decisão. Destacam-se as dimensões socioeconômicas, políticas e pedagógicas, referidas em todos os artigos.

Questões econômicas, ou de vulnerabilidade social são determinantes neste processo, que podem ser influenciadas por aspectos sociais e financeiros. Em muitos casos o abandono escolar se dá em razão do trabalho para auxiliar o sustento familiar, que como vimos, o trabalho e exploração da mão de obra infantil e juvenil é algo que está presente na história do Brasil desde os tempos de colônia.

É perceptível que mesmo as políticas de proteção aos direitos da criança e do adolescente não são suficientes para evitar esse tipo de exploração na totalidade dos casos, bem como não evitam a evasão escolar na frequência que se tem atualmente.

É necessário que o poder público invista em ações e programas que possam antecipar e evitar situações que dirijam o aluno ao abandono escolar, promovendo mais oportunidades de conhecimentos, lazer e cultura, fazendo da escola um ambiente motivador e propício ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. E.; CRIADO, E. M.; PESTAÑA, J. L. M. (orgs.). Pierre Bourdieu: las herramientas del sociólogo. Madrid: *Fundamentos*, 2004. p. 67-114.

ALVIM, Maria Rosilene B. 1981. “Trabalho Infantil e Reprodução Social: O Trabalho das Crianças numa Fábrica com Vila Operária”. In: Machado da Silva (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio, Zahar, col. *Debates Urbanos*, n, 6, p. 59-81.

BRASIL, Constituição Federal. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Institui a Lei de Acesso à Informação (LAI). *Diário Oficial da União* - Seção 1 - Edição Extra - 18/11/2011, Página 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-norma-pl.html>> Acesso em: 18 jan. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n. 466*, de 12 de dezembro de 2012

BRITO A. X. Rei morto, rei posto? As lutas pela sucessão de Pierre Bourdieu no campo acadêmico francês. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. Educação 5-19, jan/fev/mar/abr. 2002

CABRAL, Carine Grazielle da Luz. Evasão Escolar: O que a escola tem a ver com isso?. In: LINO, Ellen Rízia Oliveira. *A problemática da evasão escolar: Uma revisão bibliográfica integrativa*. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Biologia. PUC Goiás.

Carvalho, M. M. M. J. (2005). Entrevista. Labor: *Revista do Laboratório de Estudos Sobre Trabalho e Orientação Profissional*, 0, p. 9-20.

CATTANI, A. D. Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. *Sociologias* (UFRGS), v. 1, p. 74-99, 2007.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *RBPAE* – v.23, n.3. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpac/article/viewfile/19144/11145>> . Acesso em:24/09/2021

DELSAUT, Y.; RIVIÈRE, M-C. *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu. Pantin: Le Temps des Cérises*, 2002. 241 p.

DESIGUALDADE de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. *FGV*, 2019. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>> Acesso em: 6 jan. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar – *Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar*, 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa?, *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p.539-555, Set./Dez. 2004.

ECA, art. 56, II

FAUSTO ,Ayrton, CERVINI, Ruben. *O trabalho e a rua, crianças e adolescentes, no Brasil*. São Paulo, 1991.

FERNANDES, B. H. R. *Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo. Dominus, 1966. 621 p.

FERNANDES, Gislaine Hosana Araújo, MESQUITA, Shirley. Evasão Escolar: um estudo para além dos muros escolares. In: LINO, Ellen Rízia Oliveira. *A problemática da evasão escolar: Uma revisão bibliográfica integrativa*. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Biologia. PUC Goiás.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>> Acesso em: 5 fev. 2021.

GENTILI, Pablo. A mcdonaldização da escola: a propósito de “Consumindo o outro”. In: COSTA, Marisa V. (org.). *Escola Básica na Virada do Século*. São Paulo: Cortez, 1996. p.45-60.

GONZÁLEZ Rey, F. e MITJÁNSL, A. (2006). *La personalidad: su educación y desarrollo*. Havana, Editora Pueblo y Educación. p.15.

GRUNSPUN, Haim. *O trabalho das crianças e dos adolescentes*. São Paulo. 2020.

JESUS , Filho, Elma do Socorro Coutinho. *Educação por Escrito*, Porto Alegre. 2017.

LINO, Ellen Rízia Oliveira. *A problemática da evasão escolar: Uma revisão bibliográfica integrativa*. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Biologia. PUC Goiás.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Moraes, 2001.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, Abril/2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330200200020_0003 Acesso em: 7 jan. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) Pierre Bourdieu. *Escritos em Educação*. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 – (Ciências Sociais da educação).

PAKENAS, Helena, JESUS FILHO, José de. Evasão e abandono no ensino médio. In: LINO, Ellen Rízia Oliveira. *A problemática da evasão escolar*. Uma revisão bibliográfica integrativa. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Biologia. PUC Goiás.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. *Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF;

ROCHA, Simone Mariano. FICAI – Um instrumento de rede de atenção pela inclusão escolar. In: BRANCHER, Leoberto Narciso (organizador). *O direito é aprender*. Brasília: Fundescola/Projeto Nordeste. 1999. p.41.

ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da Educação Infantil*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.p.14.

SARAIVA, Adriana. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. *IBGE*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>> Acesso em: 6 jan. 2021.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: Fatores, causas e possíveis consequências. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: Fatores Causas e possíveis consequências. In: LINO, Ellen Rízia Oliveira. *A problemática da evasão escolar*: Uma revisão bibliográfica integrativa. 2020. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Biologia. PUC Goiás.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Onde a crítica começa: ideologia, reprodução, resistência. p.28-36 In: _____. *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STROMQUIST, Nelly P. A desigualdade como meio de vida: educação e classe social na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 11-28, jan./dez. 2004.

UNICEF. Rio de Janeiro, RJ. *Relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância*. 2012.

VALLE, R. Ione. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007 117.

VANDENBERGHE, Frédéric. "The real is relational"; an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological Theory*, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999.

YIN, Robert K., *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2010.

BIBLIOGRAFIA

BEDANI, Edna Rodrigues. *Resiliência em gestão de pessoas: um estudo a partir da aplicação do “questionário do índice de resiliência: adultos” em gestores de uma organização de grande porte*. Universidade Metodista de São Paulo. Faculdade de Ciências Administrativas. Programa de Pós-Graduação em Administração. São Bernardo do Campo, 2008. Dissertação (mestrado). Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/115>> Acesso em: 05. set. 2021.

BUSNELLO, Ronaldo. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. *Revista Direito em Debate*, v. 9, n. 14, 2000. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/800/518>> Acesso em: 21. set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. São Paulo: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos*, 96, Julho 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 7 jan. 2021.

CARVALHO, Raphael Tardelli. *Acidentes de trajeto no Brasil: estatísticas, causas e consequências*. Monografia (pós-graduação). Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/4831>. Acesso em: 21. set. 2021.

CATANI, Antonio David. *A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução*. Porto Alegre. 2007.

DE RÉ, Ângela Maria. *Acidente de trabalho*. 2014. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Departamento de Direito Econômico. Faculdade de Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/112070>> Acesso em: 21. set. 2021.

DUBET, François. A Escola e a Exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 119, p. 19-45, jul. 2004.

DOWBOR, Ladislau. (Organizadores). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ERNICA, Maurício; RODRIGUES, Erica Castilho. Desigualdades educacionais nas metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. *Educação e*

Sociedade, Campinas, v. 41, e228514, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100320&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 7 jan. 2021.

FRADE, Catarina. O direito face ao risco. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 86, p. 53-72, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/220>> Acesso em: 20. out. 2020.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

GENTILI, P. (1996) *Neoliberalismo e educação*: manual do usuário. In: GENTILI, P. (Org.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, p. 9-49.

GIL, Antonio Carlos. *Educação e a sociedade com os jovens*. São Paulo: Atlas, 2012.p.20.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. *Cógitó*, Salvador, n.11, p. 14 -19, Outubro. 2010. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-947920100001000003> Acesso em: 7 jan. 2021.

MACÊDO, Dartagnan Ferreira et al. Gestão de pessoas e relações de trabalho: análise da produção científica publicada nos anais dos ENGPR. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 7, n. 3, p. 65-80, 2015. Disponível em:
<<http://sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/SPC2179-684X.2016.003.0005>> Acesso em: 21. set. 2021.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Moraes, 2001.

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. Cadernos EBAPE. BR, v. 13, p. 332-345, 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512015000200008&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 21. set. 2021.

SINGLY, François de. Bourdieu: nom propre d'une entreprise collective. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 369, oct. 2002.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003> Acesso em: 7 jan. 2021.

URNAU, Cesar Augusto. *Acidente de percurso X acidente de trabalho e a responsabilidade civil do empregador*: uma visão previdenciária. 2018. Monografia (Graduação). Curso de Graduação em Direito. Universidade Regional do Noroeste

do Estado do Rio Grande do Sul. Três Passos: Unijuí, 2017. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4905/Cesar%20Augusto%20Urnau.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21. set. 2021.

VANDENBERGHE, Frédéric. "The real is relational"; an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological Theory*, v. 17, n. 1, p. 18-67, Mar. 1999.

VILS, L. *Como gerenciar pessoas. Gestão Empresarial*. Eficiência e Sucesso para seus Negócios. São Paulo: Gold Editora Ltda., 2006.

WOLECK, Aimoré. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. *Revista de divulgação Técnico-científica*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, v. 1, p. 33-39, 2002. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/38349137/rev01-05.pdf>. Acesso em: 21. set. 2021.